

REQUERIMENTO Nº 02, DE 2019

(Do Srs. Beto Faro, Bohn Gass, Nelson Pellegrino, Vander Loubet, Zé Carlos e Zeca Dirceu)

Solicita seja convocado o Excelentíssimo Senhor Paulo Roberto Nunes Guedes, Ministro de Estado da Economia, afim de prestar esclarecimentos na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização/CMO sobre proposta de Desvinculação Total do Orçamento (PEC do Orçamento)..

Senhor Presidente:

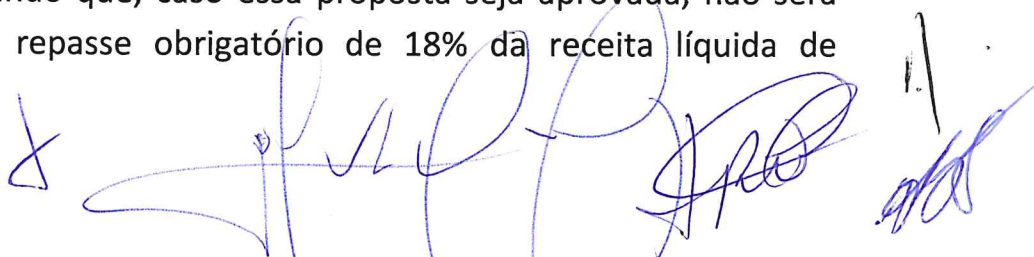
Requeiro a V.Exa., com base no art. 50, *caput*, da Constituição Federal, na forma do art. 219, § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, combinado com o art. 397, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, CONVOCAÇÃO do Excelentíssimo Senhor Paulo Roberto Nunes Guedes, Ministro de Estado da Economia, para prestar esclarecimentos sobre a PEC da Desvinculação Total do Orçamento (PEC do Orçamento), também denominada de “PEC do Pacto Federativo”.

JUSTIFICAÇÃO

Diversas matérias jornalísticas anteciparam proposta de emenda constitucional, defendida pelo Ministro da Economia no seu discurso de posse, para desvinculação total das receitas e despesas do Orçamento, com o “nobre” objetivo de melhorar a distribuição de recursos entre a União e os entes subnacionais, como também de solucionar o caótico quadro financeiro dos Estados e Municípios.

Essa proposta, segundo o Ministro, reduziria substancialmente o engessamento do orçamento, tendo em vista que atualmente as despesas obrigatórias são superiores a 90% das despesas primárias do Governo.

Considerando que, caso essa proposta seja aprovada, não será mais necessário o repasse obrigatório de 18% da receita líquida de



impostos do orçamento da União, e de 25%, no mínimo, dos orçamentos de Estados e Municípios para a área de educação, e de 15% da Receita Corrente Líquida para o setor de Saúde, atualmente estabelecida na Emenda Constitucional nº 86, de 2016.

Considerando todo o esforço desenvolvido por políticos e técnicos, que durante anos estruturaram um conjunto de salvaguardas para garantir recursos orçamentários mínimos para demandas fundamentais dos brasileiros mais carentes.

Considerando que a possibilidade de implementação desse orçamento, totalmente livre e sem vinculações sociais, representa um atentado, especialmente, contra o direito à educação e à saúde em um País como o nosso que apresenta inúmeras desigualdades.

Considerando que esta proposta pretende ser encaminhada por um governo que demonstra total incapacidade de gestão e articulação política, só baseando-se em retórica ferina, paranóica e colérica, no momento em que a economia apresenta altos níveis de desemprego, os investimentos são exíguos, os direitos sociais minguam e a dívida pública assume proporções alarmantes.

Apresento este requerimento para que os Parlamentares possam receber esclarecimentos e debater este assunto de relevância para toda a sociedade.

Sala de comissões em, de abril de 2019.

Beto Faro, Deputado Federal – PT/PA

Bohn Gass, Deputado Federal – PT/RS

Nelson Pellegrino, Deputado Federal – PT/BA

Vander Loubet, Deputado Federal – PT/MS

Zé Carlos, Deputado Federal – PT/MA

Zeca Dirceu, Deputado Federal – PT/PA